PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 171-A/2004

O Programa do XVI Governo Constitucional considera como acção prioritária a alteração profunda da gestão do património do Estado, rentabilizando o activo imobiliário existente e considerando os custos da sua utilização pelos serviços.

Uma política global e estratégica de gestão integrada do património público, enquanto ferramenta imprescindível para a consolidação das finanças públicas, impõe a rentabilização, racionalização e optimização do uso dos recursos públicos patrimoniais, ao nível do património imobiliário detido e utilizado por todos os serviços e organismos públicos.

A operação financeira que envolve os activos imobiliários do domínio privado do Estado e do património próprio dos institutos públicos responde em justa medida àqueles desideratos de maximização da rentabilização dos recursos patrimoniais imobiliários, contribuindo de modo determinante para o aumento da racionalização do seu uso, mediante a implementação de uma estratégia de ocupação criteriosa por arrendamento e a devida imputação dos custos pela utilização dos espaços àqueles serviços e organismos, como incentivo eficaz da almejada racionalização na ocupação de espaços.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Autorizar a alienação ou a constituição de outros direitos reais ou obrigacionais sobre os bens imóveis pertencentes ao património próprio dos institutos públicos identificados na lista constante do anexo I à presente resolução, que dela faz parte integrante.

2 — Autorizar, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e do Despacho Normativo n.º 27-A/2001, de 31 de Maio, alterado pelos Despachos Normativos n.os 29/2002, de 26 de Abril, e 30-A/2004, de 30 de Junho, a venda por ajuste directo dos bens imóveis referidos no anexo I, bem como autorizar a Direcção-Geral do Património a encetar todas as diligências procedimentais necessárias a essa venda.

3 — Tendo em vista a uniformização e simplificação dos procedimentos, determinar que os ministros que sobre os referidos institutos públicos exerçam poderes de superintendência e tutela acompanhem o processo de alienação por parte dos institutos públicos, devendo a deliberação de adjudicação por ajuste directo e subsequente formalização ser efectuadas até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os modelos constantes dos anexos II e III à presente resolução.

4 — Autorizar os institutos públicos anteriores proprietários dos bens imóveis em referência a tomá-los de arrendamento posteriormente à sua alienação, bem como autorizar a respectiva despesa, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Presidência do Conselho de Ministros, 25 de Novembro de 2004. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes.*

ANEXO I

Localização	Instituto público proprietário	Ministério
Avenida dos Estados Unidos da América, 75, Lisboa.	Caixa de Previdência dos Empreg. de Escritório (actual ISS).	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Campo Grande, 6, Entrecampos, 57, Lisboa	Caixa Nacional de Pensões (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida da República, 106, Lisboa	Caixa Nacional de Pensões (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida da República, 104, Lisboa	Caixa Nacional de Pensões (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida da República, 102, Lisboa	Caixa Nacional de Pensões (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida da República, 100, Lisboa	Caixa Nacional de Pensões (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua do Dr. Alberto Soares Machado, Aveiro.	CRSS de Aveiro (actual ISS) — ainda está como rústico.	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua do Matadouro, Faro	CRSS de Faro (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida dos Estados Unidos da América, 39-39-A, Lisboa.	CRSS de Lisboa (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida do Visconde Valmor, 48, 48-A e B, Lisboa.	CRSS de Lisboa (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida dos Estados Unidos da América, 37, Lisboa.	CRSS de Lisboa (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua de Gonçalves Crespo, 21-21-B, Lisboa	CRSS de Lisboa (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, de Família e da Criança.
Rua de Rosa Araújo, 43, Lisboa	CRSS de Lisboa (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida da República, 4, Lisboa	CRSS de Lisboa (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Travessa das Florindas, 5, Lisboa	CRSS de Lisboa (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida de Manuel da Maia, 40-A, B, C, D, Lisboa.	CRSS de Lisboa e Vale do Tejo (actual ISS) ..	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.

Localização	Instituto público proprietário	Ministério
Rua das Taipas, 1, Lisboa	CRSS de Lisboa Vale do Tejo (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Calçada da Tapada, 126, Lisboa	CRSS de Lisboa e Vale do Tejo (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Alameda das Linhas de Torres, 243, Lisboa	CRSS de Lisboa e Vale do Tejo (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua do Dr. José Baptista de Sousa, 15, Lisboa.	CRSS de Lisboa e Vale do Tejo (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua de João de Deus, lote C, Amadora	CRSS de Lisboa e Vale do Tejo (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida de Alexandre Herculano, 14, Setúbal.	CRSS de Lisboa e Vale do Tejo (actual ISS) — fracções B a M.	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Praça de João Paulo II, 7, Portalegre	CRSS de Portalegre (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua da Carapalha, 2-A, Castelo Branco	CRSS do Centro (actual ISS) — 2 fracções	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida do Coronel Orlindo de Carvalho, Guarda.	CRSS do Centro (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida do Infante D. Henrique, Guarda	CRSS do Centro (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Largo da República, 3, Leiria	CRSS do Centro (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua do Padre Estêvão Cabral, Coimbra	CRSS do Centro (actual ISS) — fracção A	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua de Miguel Bombarda, 347-363, Porto	CRSS do Norte (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua da Alegria, 200, Porto	CRSS do Norte (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua de António Patrício, 262, Porto	CRSS do Norte (actual ISS)	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua de Ivone Silva, lote 6, Lisboa	Fundo de Turismo (actual Instituto de Turismo de Portugal).	Ministério do Turismo.
Avenida de Arantes de Oliveira, 7, Lisboa	IEFP (fracções F, G, H, M, R e X)	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Rua de D. Estefânia, 71-77-79, Lisboa	IFADAP (actual IFADAP/INGA)	Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.
Rua Castilho, 45-51, Lisboa	IFADAP (actual IFADAP/INGA)	Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.
Avenida de 5 de Outubro, 153, Lisboa	IGAPHE	Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional.
Campo Grande, 50, Lisboa	IGAPHE	Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional.
Rua da Murgueira, 9 e 9-A, Amadora	IGAPHE	Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional.
Alameda de D. Afonso Henriques, 82-82-A e B, Lisboa.	IGFSS	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua da Sociedade Farmacêutica, 38, Lisboa	IGFSS	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida da República, 67, Lisboa	IGFSS	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida de Manuel da Maia, 58, Lisboa	IGFSS (alguns andares estão onerados com arrendamentos).	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Avenida de Columbano Bordalo Pinheiro, 5, Lisboa.	INH	Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional.
Rua de Ferreira Borges, 27, Porto	Instituto do Vinho do Porto (actual Instituto dos Vinhos do Douro e Porto).	Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.
Avenida da Liberdade, 270, Lisboa	Instituto Camões	Ministério da Cultura.
Rua de Rodrigues Sampaio, 113-115, Lisboa	Instituto Camões	Ministério da Cultura.
Rua de Santa Marta, 55 a 55-E, Lisboa	Instituto da Conservação da Natureza	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.
Rua Direita do Viso, 59, Porto	Instituto das Comunicações de Portugal	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.
Rua da Horta Seca, 15, Lisboa	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI).	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Rua de Rodrigo da Fonseca, 73, Lisboa	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI).	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Avenida de Fernão de Magalhães, 642, Coimbra.	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Avenida do Almirante Gago Coutinho, 132, Lisboa.	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Rua da Sociedade Farmacêutica, 3, Lisboa	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Avenida do Marquês de Tomar, 91, 91-A e B, Lisboa.	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Avenida de José Malhoa, 11, Lisboa	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.

Localização	Instituto público proprietário	Ministério
Rua de Alexandre Herculano, 31 e 31-A, Amadora.	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) — ppv.	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Rua do Almirante Barroso, 36, Lisboa	Instituto Nacional de Emergência Médica	Ministério da Saúde.
Rua de São Domingos à Lapa, 26, Lisboa ...	Instituto Nacional do Ambiente	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.
Rua Direita do Viso, 224, Porto	Instituto Português da Qualidade	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Quinta de São Lourenço, Almada	Instituto Português da Qualidade	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Estrada da Portela, Amadora	Instituto Português da Qualidade	Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
Rua de Miguel Bombarda, 377-395, Porto ...	ISS	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
Rua de Mouzinho da Silveira, 5, Lisboa ...	Junta Nacional do Vinho (actual Instituto da Vinha e do Vinho).	Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.
Jardim do Tabaco, 13, Lisboa	Serviços Sociais da GNR	Ministério da Administração Interna.
Rua de Filipe Folque, 67, Lisboa	SOFE (todas as fracções, menos a fracção J) ...	Ministério das Finanças e da Administração Pública.

ANEXO II

(deliberação de adjudicação a que se refere o n.º 3)

Na sequência da autorização concedida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 171-A/2004, de 10 de Dezembro, o conselho directivo (ou outra designação para o órgão de gestão) delibera, no âmbito do procedimento de ajuste directo encetado pela Direcção-Geral do Património relativo à operação financeira que envolve activos imobiliários do Estado e de institutos públicos, adjudicar a ... o bem imóvel designado ... (identificação do bem imóvel), pelo valor de € ..., nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 14.º do Despacho Normativo n.º 27-A/2001, de 31 de Maio, alterado pelos Despachos Normativos n.os 29/2002, de 26 de Abril, e 30-A/2004, de 30 de Junho, e republicado integralmente em anexo a este último.

O Conselho Directivo (ou outra designação para o órgão de gestão), ...

ANEXO III

(formalização da alienação a que se refere o n.º 3)

Pela deliberação do conselho directivo (ou outra designação para o órgão de gestão) de ... de ... de 2004, foi alienado por ajuste directo, processado através da Direcção-Geral do Património, ao. ..., com sede na ..., o prédio pertencente a este Instituto, adiante descrito, que naquela data lhe foi transmitido: ...

Prédio urbano sito na Rua ..., confrontando a norte com a Rua ..., a sul com ..., a nascente com Rua ..., e a poente com a ..., inscrito na matriz urbana da freguesia de ... sob o artigo ... e descrito na Conservatória do Registo Predial de ... sob o n.º ..., e registado a favor do Instituto pela inscrição G- ...

O preço líquido da alienação foi de € ... (extenso), que o adquirente pagou, bem como os demais encargos legais.

A alienação por ajuste directo foi autorizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 171-A/2004, de 10 de Dezembro, considerando-se a data da transmissão do imóvel reportada à data da deliberação de adjudicação do imóvel ...

O presente título de alienação por ajuste directo constitui documento bastante para efectivação dos registos a que esta alienação der lugar, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 115/2000, de 4 de Julho.

O Presidente do Conselho Directivo (ou outra designação para o órgão de gestão), ...